

lítica

Congresso tá maluco?

Em momento, o centrão vai ter que lutar e limitar suas conquistas

o Rocha de Barros

Professor federal, é doutor em sociologia pela Universidade de Oxford (Inglaterra) e autor de "PT, uma História"

O Congresso Nacional, inteiramente controlado pela direita, está fazendo três coisas: guerra com o STF, em especial contra o ministro Flávio Luiz, pelo direito de continuar roubando dinheiro público; guerra contra Haddad para garantir que este fiscal será feito exclusivamente em cima dos pobres; e campanha para eleger Tarcísio, com apoio indispensável dos golpistas de Bolsonaro. Queremos que tudo dê certo para os congressistas direitistas: Lula sangra sem conseguir aprovar nada, perde a eleição, Tarcísio se elege, e a aliança de ladrões e golpistas se consagra com os impetores de Alexandre de Moraes e Flávio Dino. Queríamos um presidente cheio de amigos golpistizados, inclusive nas Forças Armadas. Diante de um Congresso abertamente ladrão que se divide indevidamente de uma fatia imensa do bolo e exige que Tarcísio cumpra uma lista de reformas altamente impopulares. Não há mais um STF disposto a defender a democracia. O modelo americano é Donald Trump. Este cenário melhor para um autogolpe que fez o Congresso?

Com Tarcísio recém-eleito e queridinho da mídia, no início do mandato, a mesma oferta que fez aos militares depois de perder a eleição, a oferta será a mesma?

Sim, eu sei que no cenário de sonhos da turma sempre as coisas não se passam assim. Neste ano, dos mesmos autores de "o ministro da Justiça do Temer será um candidato forte em 2023", Tarcísio aceitará a farra das emendas e está disposto a sacrificar mormente sua popularidade fazendo o ajuste fiscal em ciclo de gasto social. No fundo, o "semipresidencialismo" com que o centrão semionhou, um governo Temer sem Lava Jato.

Os congressistas têm certeza de que Tarcísio vai topa isso? Virar a página da Inglaterra para chegar ao mesmo nível de popularidade do último "semipresidencialista", Michel Temer? No meu mandato, a aprovação de Temer era menor que a margem de erro das pesquisas. É impossível dizer, com qualquer rança estatística, que o governo Temer se apoiava.

Os congressistas, se o STF sair do alvo, quem vocês acham que entra? O STF ainda tinha algum capital de popularidade depois dos julgamentos do mensalão e da Lava Jato. Vocês partem de onde? Como vocês se saem nessas pesquisas de medem a confiança nas instituições? Como foram as citações a "Congresso Nacional" nas redes sociais nas últimas semanas?

Os congressistas, vocês são a turma contra quem o governo Lula, que está com popularidade em baixa e não tem nenhum apoio no Congresso, na elite ou no Exército, está topando brigar. Por que um governo popular precisa disso tudo não brigaria com vocês?

Centrão, eu te entendo. Você ganhou muita grana com a crise política de dez anos. Você escapou da Lava Jato. Com o impeachment, ganhou fortuna com o orçamento secreto, e agora usa os golpistas como seus braços-de-torção contra o STF.

Os congressistas não se pode ficar na antessala do abismo para o centrão. Em algum momento você vai ter que recuar, limitar suas conquistas e aceitar a ressignificação de uma democracia funcional. Ou uma hora vai chamar sua senha.

Elisio Gaspari, Celso Rocha de Barros, Mila Rocha / Lara Mesquita, TER. Joel Pinheiro da Fonseca, Elisio Gaspari, QUI. Conrado H. Mendes, Marcos Augusto Gonçalves, SÁB. Demétrio Magnoli

Propostas de perdão para bolsonaristas remetem a anistias de antes da ditadura

Militares e civis envolvidos em episódios de contestação de disputas presidenciais foram beneficiados anos antes do golpe, em 1956 e 1961



Revolta de Jacareacanga (PA), em 1956, que pretendia derrubar Juscelino Kubitschek José Camilo - 2.mar.1956/Agência O Globo

BOLSONARO NO BANCO DOS RÉUS

Naief Haddad e Renata Galf

SÃO PAULO A proposta do PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, de conceder anistia aos envolvidos nos ataques de 8 de janeiro de 2023 remete a pelo menos dois episódios dos 136 anos de República no Brasil, de acordo com estudiosos da história do direito.

Ainda em articulação, versões do projeto apresentadas até aqui abrem brecha para beneficiar o próprio Bolsonaro e outros réus acusados de liderar a trama golpista. O ex-presidente e aliados farão uma manifestação na avenida Paulista neste domingo (29) na qual a anistia será um dos pontos.

Segundo os especialistas, a proposta do PL se parece em diversos aspectos com a anistia aprovada pelo Congresso em maio de 1956, que, entre outras determinações, impediu a punição dos oficiais da Aeronáutica envolvidos na Revolta de Jacareacanga.

Ocorrida na cidade paraense que deu nome à rebelião, o movimento tentou, em vão, derrubar o recém-empossado presidente Juscelino Kubitschek.

O projeto atual também se aproxima do decreto de dezembro de 1961, que anistiou, entre outros grupos, os três chefes das Forças Armadas. Eles tinham tentado impedir, meses antes, a posse de João Goulart como presidente depois da renúncia de Jânio Quadros.

Mais tarde, em 1964, os militares tentariam um novo golpe, desta vez, bem-sucedido.

Para Raphael Peixoto, professor da pós-graduação em direito da Universidade Federal Rural do Semiárido (Ufersa) e pesquisador da Universidade de Brasília (UnB), os contextos de 1956 e 1961 "se assemelham muito ao que vemos hoje porque são crises constitucionais vinculadas à disputa pela Presidência". A mais famosa das anistias do país, a de 1979, está inserida, por exemplo, em um outro contexto, uma transição de regime.

Segundo ele, que é estudioso das anistias políticas ao longo do período republicano, os dois episódios e a proposta da atualidade fazem parte de um mesmo modus operandi, a "estratégia de conciliação intra-elites para lidar com essas crises que violam a Constituição do país".

"Aqueles que participaram desses movimentos falavam em conciliação, em esquecer o que tinha passado e olhar para frente. Do ponto de vista histórico, no entanto, essas anistias têm um sentido de impunidade de militares e civis que atentaram contra a Constituição", diz Peixoto.

O professor ressalta ainda que "aquelas são as nossas primeiras experiências de democracia de massas, com partidos nacionais e uma polarização muito grande". As realidades políticas das anistias anteriores, ocorridas na Primeira República e na Era Vargas, são bastante distintas do contexto atual.

tas do contexto atual.

A denúncia contra Bolsonaro, que divide o banco dos réus com militares de alta patente, abrange a discussão de medidas para reverter o resultado da eleição a partir de medidas como estado de defesa e de sítio. Os participantes do 8 de Janeiro pretendiam gerar uma situação de caos para motivar uma intervenção militar.

Em 1961, o poder estava nas mãos de Jânio, que tinha na sua chapa os conservadores da UDN. Quando ele renunciou, em agosto daquele ano, o caminho indicado pela Constituição era a posse do vice, João Goulart, do PTB, legenda ligada ao trabalhismo —à época, a votação para presidente e vice era separada, assim, como havia ocorrido com Jânio e Jango, os eleitos não estavam necessariamente na mesma chapa.

Os ministros militares do governo de Jânio e outros expoentes das Forças Armadas, entretanto, rejeitaram abertamente a posse de João Goulart, acusando-o de ser comunista.

Do lado oposto, Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, liderou o movimento que exigia Jango na presidência, obtendo o apoio do comandante do 3º Exército, o general Machado Lopes, fato que provocou um racha na cúpula militar.

Com uma articulação encabeçada por Tancredo Neves, o parlamentarismo surgiu como uma saída possível.

Continua na pág. A9

Continuação da pág. A8

Assim, Goulart se tornaria presidente, mas teria menos poder do que se o presidencialismo estivesse mantido.

Conforme apontou Peixoto em sua pesquisa, ao mesmo tempo em que se costurava tal solução, também se iniciava a discussão sobre uma anistia aos que tentaram impedir a posse de Jango. Na época, o debate foi marcado por políticos que viam a medida como impunidade e defendiam a necessidade de punição.

Aprovado o texto, os chefes das Forças Armadas brasileiras saíram ilesos após agirem de modo inconstitucional.

Entre os beneficiários da anistia de 1961, que foi ampliada durante sua tramitação, estavam ainda os envolvidos na Revolta de Aragarças, ocorrida dois anos antes e que tentou derrubar o governo JK.

Alguns dos militares envolvidos no episódio já tinham participado da Revolta de Jacareacanga –anistiada em 1956, quando se perdoou não apenas o grupo de revoltosos como também o então ministro da Guerra, Henrique Lott, líder de uma ação que ficou conhecida como Novembro Branca, no fim de 1955.

Acompanhado de dezenas de generais, Lott determinou que os tanques saíssem às ruas para derrubar o presidente interino Car-

los Luz, que planejava impugnar a posse do presidente eleito, Juscelino Kubitschek. O objetivo do contragolpe era garantir a legalidade democrática. Para cumprir esse fim, no entanto, Lott se valeu de meios inconstitucionais.

“Esses casos de 1956 e 1961 não são apenas quarteladas. Refletem o descontentamento de um determinado grupo político que se vê, de alguma maneira, aliado do poder”, afirma Diego Nunes, professor de história do direito penal da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e organizador do livro “Crimes Contra o Estado Democrático de Direito”.

Para Nunes, a proposta atual se aproxima em pelo menos um aspecto da anistia de 1979.

“O que me parece ser um ponto em comum nessa estratégia de 1979 em relação à anistia proposta agora é a ideia de autoanistia, ou seja, uma anistia para aqueles que estavam no poder no final da década de 1970 e para aqueles que agora, em 2025, mantêm uma grande força no Congresso e são ligados a esses grupos [golpistas]”, afirma.

Segundo Nunes, o problema central do projeto bolsonarista é a tentativa de “reabilitação preventiva” dos líderes políticos que se tornaram réus.

O perdão a Bolsonaro e a anistia ao 8 de Janeiro já são tratados abertamente como pauta eleito-



Militar, ainda vivo, logo após ser alvejado na Revolta em Jacareacanga José Camilo - fev.1956/Agência o Globo

➤
Série destrincha julgamento

A Folha publica uma série de reportagens mostrando o que o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro no STF representa na história do país. O conjunto de reportagens aborda simbolismos que rodeiam o caso

ral de 2026. Recentemente, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) afirmou que o compromisso de conceder um indulto a seu pai era condição para receber apoio do ex-presidente.

A professora de direito penal da FGV Raquel Scalcon afirma que, em geral, a anistia implica extinguir a punibilidade a um fato, como seria o caso do 8 de Janeiro, enquanto o indulto beneficia um grupo de pessoas e a graça, indivíduos em específico. Outra diferença, segundo a interpretação

corrente, é que a anistia abrangia também efeitos secundários, como a inelegibilidade pela Lei da Ficha Limpa.

Enquanto a anistia é competência do Congresso, indulto e graça podem ser concedidos pelo presidente da República. No campo da direita, os governadores de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), e de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), já se comprometeram publicamente a perdoar Bolsonaro caso sejam eleitos para o Planalto.